



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SOLEDADE

### CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ATUARIAIS DE Nº 21/2022.

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOLEDADE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 87.738.530/0001-10, com sede na Avenida Júlio de Castilhos, nº 898, CEP 99300-000, neste representado pela Prefeita Municipal, a senhora *Marilda Borges Corbelini*, brasileira, casada, cadastrado no CPF sob o nº 571.207.650-00, portador do RG nº 2029134431, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**

**CONTRATADA: BR PREV AUDITORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA. - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.615.216/0001-27, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.151, sala 616, CEP 90.150-005, bairro Menino Deus, no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, neste ato representada por seu representante legal signatário, de ora diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, tendo justo e acertado o presente contrato vinculado ao processo de dispensa de licitação, fulcro no que prescreve o artigo 24, inciso II, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO:**

O presente contrato fundamenta-se:

- I** - De acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de Junho de 1993;
- II** - De acordo com o artigo 24, inciso II, da Lei de Licitações e Contratos;
- III** - Nos preceitos de direito público; e
- IV** - Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO VALOR:**

**2.1.** O presente contrato tem por objeto a realização de serviços atuariais desenvolvendo as seguintes atividades:

##### **I- Base Cadastral:**

- Análise da consistência e da completude da base cadastral dos servidores de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Portaria 464/2018 e Instrução, como:
- Análise de Parâmetros Mínimos de qualidade;
- Adequação dos arquivos frente ao leiaute mínimo estabelecido pela Portaria 464 e Instruções normativas acessórias;
- Sugestão de possíveis melhorias e eventual necessidade de realização de Censo Previdenciário;
- Envio para o ente federativo da base de dados utilizado para arquivamento da mesma.

##### **II- Avaliação Atuarial**

- Relatório de avaliação atuarial em consonância total com o capítulo III da portaria 464 de 2018.
- Consonância com a nota técnica e plano de benefícios atestando o equilíbrio financeiro e atuarial considerando todos os benefícios a conceder e concedidos na data da avaliação;
- Descrição das hipóteses atuariais a serem utilizadas de acordo com o relatório de aderência das hipóteses além dos parâmetros mínimos específicos;
- Descrição dos critérios técnicos utilizados para a correção da base de dados e itens



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SOLEDADE

complementares estabelecidos pelo art 40 da portaria 464/2018.

- Perspectivas de alteração no fatura no perfil e na composição da massa de segurados ativos- art 22, art 23, art 24.
- Projeções atuarias de acordo com a LC 101/2000;
- Itens descritos no art. 29 da Portaria 464 (premissas de elegibilidade, comparativo de gastos efetivados frente aos gastos projetados, quantitativo das futuras elegibilidades, premissa quanto ao recebimento do abono de permanência);
- Propor plano de custeio em conformidade com os itens do art. 48;
- Elaborar plano de amortização para eventual déficit atuarial apresentado as diferentes metodologias cobertas (limite do déficit atuarial, prazos permitidos) atendendo os itens requeridos pela legislação vigente;
- Analisar o custeio administrativo verificando a eventual necessidade de aumento necessário;
- Descrever os critérios adotados para a composição familiar e seus eventuais impactos;
- Apurar as previsões matemáticas para as demonstrações contábeis observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público;
- Descrição dos custos para as aposentadorias concedidas até a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998;
- Indicar os valores dos custos, dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial e os riscos que possam comprometer a solvência e liquidez do plano de benefícios como definido no art 42;
- Cálculo de compensação previdenciária de acordo com o cap X da portaria 464 e instruções normativas acessórias;
- Demonstrativo de duração do passivo de acordo com o art 11 da portaria 464.
- Definir o resultado atuarial do RPPS, apurando os custos normal e suplementar e os compromissos do plano de benefícios do regime para estabelecer o plano de custeio e equilíbrio;
- Descrição dos procedimentos para a oscilação de risco e reversão dos benefícios calculados por capitalização e RCC respectivamente (art.44, art 45);
- Índices de situação previdenciária;
- Demonstrativos de viabilidade do plano de custeio que observa a estrutura de elementos mínimos além dos demais itens especificados no artigo 64 da portaria.

### **III- Nota Técnica Atuarial**

- Elaboração do relatório da nota técnica atuarial contemplando os itens dispostos no capítulo VI da portaria 464/2018;

### **IV- Fluxos Autoriais**

- Elaboração dos fluxos atuariais de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo capítulo VII da portaria 464/2018;

### **V- Demonstrativos do Resultado da Avaliação Atuarial**

- Elaboração e envio do demonstrativo do resultado da avaliação atuarial- DRAA de acordo com os parâmetros estabelecidos pela portaria nº 464/2018.

### **VI- Relatórios Mensais**

Contemplando itens como:

- Acompanhamento da variação das reservas matemáticas;
- Atualização financeira dos aportes para regimes que optarem por esta modalidade;
- Acompanhamento de certificado de regularidade previdenciária;
- Parecer atuarial contendo pontos pertinentes à situação do regime;

### **VII- Reuniões Por Vídeo Conferência**

- Uma reunião mensal para esclarecimentos de dúvidas e definições de novos parâmetros;



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SOLEDADE

### VIII- Auxílio DIPR

- Esclarecimentos de eventuais dúvidas no cadastro de demonstrativos de informações previdenciárias e repasses;

2.2. O objeto do presente contrato terá como fiscal o senhor *Estevan Strapazon Ruschel*, Oficial Administrativo, ao qual está incumbido da tarefa de fiscalizar a execução do presente contrato.

2.3. Serão pagas 12 (doze) parcelas de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) por mês, totalizando o valor de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais)

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1. O contrato terá vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério da Administração.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS:

4.1. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após o término da prestação dos serviços e a contar do recebimento da Nota Fiscal, acompanhada do atestado de recebimento dos serviços por parte da Secretaria solicitante e da ordem de serviço em sua via original, bem como da Avaliação Atuarial e Nota Técnica impressas.

4.2. Deverá ser apresentada a Nota Fiscal discriminada, de acordo com a Nota de Empenho, para que após conferência, atestado e aceite pelo fiscal do contrato, seja creditado em favor da Empresa, por meio de ordem bancária contra qualquer banco indicado na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.3. Não serão efetuados pagamentos por meio de títulos de cobrança bancária.

4.4. Quaisquer erros ou omissões havidos na documentação fiscal ou na fatura serão motivo de correção pela CONTRATADA, e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

4.5. No momento do pagamento será realizada consulta “on line” para verificação quanto ao cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas correspondentes, ou seja, deverão estar com a validade em dia, as Certidões Negativas de Débitos da União, Estado, Município e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como Certidão Negativa do FGTS.

4.6. Em caso de irregularidade, o MUNICÍPIO notificará a empresa para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação das sanções pelo inadimplemento, rescisão do contrato ou a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à administração, além das penalidades já previstas em lei.

4.7. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

4.8. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignado no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

4.9. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Contratante em favor da Contratada ou da garantia apresentada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SOLEDADE

**4.10.** Fica desde já reservado ao Contratante o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega e/ou na aceitação do serviços prestado forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação ao efetivamente contratado.

**4.11.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

SEC MUN.ADM E PLANEJAMENTO	RECURSO LIVRE- MUNICIPAL	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	339035010000
----------------------------	--------------------------	----------------------	--------------

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**6.1.** Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a emendar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, e ainda a:

**I** – Responsabilizar-se pela prestação dos serviços objeto deste contrato, conforme indicado pelo CONTRATANTE, nas condições previstas neste contrato;

**II** – Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de dispensa de licitação;

**III** – Verificados vícios, defeitos ou incorreções no objeto deste contrato deverá a CONTRATADA reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato;

**IV** – Responsabilizar-se por todos os equipamentos e serviços relacionados aos serviços contratados, assim como o pessoal envolvido, não se responsabilizando o CONTRATANTE pelos encargos indicados no item V;

**V** – Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Contratante;

**IX** - Cumprir as obrigações constantes neste contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:** O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

**I** - promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste contrato;

**II** - fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;

**III** – Cumprir com todas as obrigações relacionadas no presente contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**

**8.1.** Todos os serviços a serem prestados, constantes neste contrato, serão fiscalizados pelo Município, por meio de servidor público designado, doravante denominado Fiscalização, que



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SOLEDADE

terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

**8.2.** À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

**I** - solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato, e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

**II** - verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

**III** - ordenar à Contratada corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos produtos fornecidos com imperfeições ou em desacordo com as especificações;

**IV** - atestar mensalmente a execução dos serviços e seu recebimento definitivo;

**V** - encaminhar ao Serviço de Orçamento e Pagamento os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas à Contratada, bem como os referentes a pagamentos.

**8.3.** A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA:**

**9.1.** No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, as sanções administrativas aplicadas à Contratada serão:

**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** - suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**9.2.** O atraso injustificado no prazo de atendimento ou no de conclusão dos serviços implicará aplicação de multa correspondente a 1% por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 % desse valor.

**9.3.** Na hipótese do item anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* desta cláusula.

**9.4.** As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ofertada ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nestas cláusula.

**9.5.** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa, ficará a critério do Contratante.

**9.6.** Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

**9.7.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:** Constituem motivos incondicionados para rescisão do contrato as situações previstas nos arts. 77 e 78, na forma do art.79, inclusive com as conseqüências do artigo 80 da Lei nº 8.666/93.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SOLEDADE**

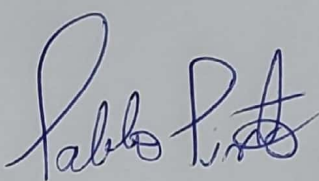
**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:** Fica eleito o foro da cidade de Soledade, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas.

Soledade, RS, 26 de janeiro de 2022.

  
**MUNICÍPIO DE SOLEDADE**

Marilda Borges Corbelini  
Prefeita Municipal  
*CONTRATANTE*



**BR PREV AUDITORIA E CONSULTORIA  
ATUARIAL LTDA. - ME**  
Representante Legal  
*CONTRATADA*

***Testemunhas:***